

lativa da Vigésima Legislatura, convocada nos termos do artigo 18, inciso III, alínea "d", combinado com o artigo 68, ambos do Regimento Interno, e presidida, nos termos regimentais, pelo Senhor Deputado Gilmaci Santos. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação estiveram presentes a Senhora Deputada Marta Costa e os Senhores Deputados Carlos Cezar, Conte Lopes, Dr. Jorge do Carmo, Reis, Altair Moraes (membros efetivos); as Senhoras Deputadas Fabiana Barroso e Andrea Werner e os Senhores Deputados Paulo Fiorilo, Rafael Saraiva, Ricardo França (membros substitutos). Ausentes os Senhores Deputados Thiago Auricchio, Rômulo Fernandes, Vinicius Camarinha, Daniel Soares, Dr. Eduardo Nóbrega, Delegado Olim, Caio França. Pela Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários estiveram presentes os Senhores Deputados Conte Lopes, Major Mecca, Reis, Altair Moraes, Rafael Saraiva (membros efetivos); e os Senhores Deputados Carlos Cezar e Mauro Bragato (membros substitutos). Ausentes a Senhora Deputada Ediane Maria e os Senhores Deputados Agente Federal Danilo Balas, Eduardo Suplicy, Rafa Zimbaldi, Jorge Caruso, Delegado Olim. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento estiveram presentes a Senhora Deputada Fabiana Barroso e os Senhores Deputados Luiz Claudio Marcolino, Gilmaci Santos, Ricardo França, Oseias de Madureira (membros efetivos); Carlos Cezar, Paulo Fiorilo e Rafael Saraiva (membros substitutos). Ausentes os Senhores Deputados Alex Madureira, Enio Tatto, Carlão Pignatari, Dirceu Dalben, Daniel Soares, Itamar Borges. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 431/2023, tramitando em regime de urgência, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Dalben, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Base Móvel da Polícia Militar para atendimento exclusivo às mulheres vítimas de importunação ou delitos nos eventos de rodeio e assemelhados". O Senhor Presidente nomeou como relatora a Deputada Andrea Werner, que votou favoravelmente ao projeto. Após discussão e votação, foi aprovado por unanimidade pelos membros presentes o parecer apresentado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Elisabete Akemi Chirosi, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavrei esta ata que, lida e considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim. Os trabalhos foram gravados pela Divisão de Painel e Audiofonia. Salão Nobre da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 20/09/2023.

Deputado Gilmaci Santos
Presidente
Elisabete Akemi Chirosi
Secretária

Debates

2 DE OUTUBRO DE 2023 113ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS</p>
--

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - REIS
Assume a Presidência.
6 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência. Tece comentários acerca das Atividades Pedagógicas Diversificadas (APD) e do PLC atinente à matéria.
8 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - REIS
Assume a Presidência.
11 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
14 - PRESIDENTE REIS
Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 03/10, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos do Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, hoje o que me traz nesta tribuna... é a partir de uma informação do Sindicato dos Bancários de Mogi. Inclusive, na última quinta-feira, nós acompanhamos em todos os telejornais a notícia do assassinato de uma bancária do banco Itaú, de Mogi das Cruzes, na cidade de Poá.

Então, a bancária Aline Souza Lira, de 34 anos, era gerente na agência do Itaú, na Av. Nove de Julho, em Poá, e foi morta após ser baleada durante um assalto na quinta-feira da semana passada. Eu trago essa notícia aqui, Sr. Presidente, para dialogar inclusive com as demais agências do banco Itaú, com os funcionários e as funcionárias.

Eu sou bancário do Itaú desde 1989, e nós tivemos, nobre deputado Reis, durante toda a década de 90... fazendo campanhas e mais campanhas pela manutenção das portas de segurança nas agências bancárias na época do Itaú, antigo Unibanco, Bradesco. Os bancos resistiram muito em melhorar a segurança bancária para proteger a vida dos bancários e a vida dos clientes.

E o Itaú, inclusive, agora nos últimos dias tem chamado as direções dos sindicatos de todo o país justamente querendo retirar as portas de segurança de todas as agências bancárias. O banco tem montado e estruturado umas agências digitais, em tese falando, são agências que não terão funcionários, ou mesmo as que têm funcionários, eles querem tirar as portas de segurança.

Por isso, esse assassinato brutal, dessa bancária do Itaú, vem reforçando o posicionamento do Sindicato dos Bancários de São Paulo, do Sindicato dos Bancários de Mogi, de Guarulhos, de Jundiá, do pessoal da região de Presidente Prudente, Assis, Catanduva, Limeira... São sindicatos de Taubaté, Vale do Ribeira... São sindicatos hoje vinculados à Central Única dos Trabalhadores... O sindicato dos bancários, também, ligado à Federação São Paulo-Mato Grosso do Sul... Os bancários da Fetecc...

Inclusive pegando aqui uma das falas da Ana Lúcia, que é secretária-geral da Fetecc, ela reitera a "importância da expansão e aprimoramento da segurança nos bancos, que passa por porta de segurança, vigilância profissional e o monitoramento como ferramentas básicas de proteção para a vida de funcionários e clientes".

Então, mais uma vez, reiteramos o nosso lamento diante dessa tragédia; nossa preocupação com a segurança nas agências, haja vista muitos bancos estarem retirando as portas de segurança e colocando cada vez mais a vida de funcionários e clientes em risco. Na mesma linha, tem o Clayton, que é o presidente do Sindicato dos Bancários de Mogi, apresenta toda a sua solidariedade aos familiares, aos bancários da agência; já foi feita uma emissão da CAT.

O Banco Itaú também coloca aqui uma nota: "Com grande pesar e consternação que o Banco Itaú Unibanco confirma o falecimento de uma colaboradora de sua agência em Poá, no estado de São Paulo, em decorrência de um assalto. O banco apoiará a família em todas as suas necessidades neste momento tão difícil e colabora com a polícia para elucidar o crime.

A agência permanecerá fechada para atendimento à população". Isso ficaria fechado na sexta-feira. O assalto que, inclusive, na tentativa desse assalto, demonstrou que o assalto foi de 33 mil reais. Então esse aqui é o custo da vida de uma bancária do Itaú, assassinada na última quinta-feira.

Então estamos reiterando aqui à direção do Itaú, mesmo prestando solidariedade aqui às famílias, acompanhamento com assistente social... Nós queremos, reiteramos a necessidade da não retirada das portas de segurança das agências bancárias. Essa é uma luta, uma conquista que foi, durante toda a década de 90...

E agora simplesmente o banco não pode tomar uma decisão em virtude do design, em virtude da modernização dos espaços bancários, achar que a porta não é eficiente.

A porta sempre foi eficiente, a porta de segurança, e nós falamos aqui que ela já garantiu que muitas vidas, tanto de clientes como de bancários, não se ceifassem em virtude dos assaltos que ocorriam na década de 90.

Esperamos que o banco Itaú, a partir dessa fatalidade na agência de Poá na última semana, não altere a sua política de segurança bancária e mantenha as portas de segurança na agência bancária, que preserva a vida de clientes e de bancários. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Reis, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT – Quero saudar o presidente Carlos Giannazi, saudar o deputado Suplicy, o deputado Luiz Claudio Marcolino, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica. Saudar também todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente Giannazi, eu estou com várias sentenças que a Justiça tem dado a favor dos funcionários públicos, principalmente dos policiais civis e dos penais... Então, eu tenho bastante munição para, até o final do ano, ficar falando por conta do veto do governador "Thorcisio" de Freitas.

Mas eu quero falar da Saúde hoje, porque me chegou uma denúncia e eu fui pesquisair, do Hospital de Guaianases, Hospital Geral de Guaianases, um hospital do Governo do Estado de São Paulo, do governo gerenciado pelo Sr. Governador Thorcisio, o privatizador, o vetador.

Outro dia o deputado Donato esteve nesta tribuna falando do hospital-escola, o Hospital Universitário da USP, que tem mais de 100 leitos inativos, ou seja, assim como nós temos um apagão na Segurança Pública, um apagão na Educação, nós também temos um apagão na Saúde.

Conforme pacientes e familiares denunciaram ao jornal "Metrópoles" e ao meu gabinete, chegou essa denúncia, que o Hospital Geral de Guaianases, administrado pelo Governo do Estado de São Paulo, está vivendo um verdadeiro caos.

No dia 28/09, um paciente da ala de ortopedia chegou a fazer um vídeo em que aparece um homem com dois braços engessados dando comida para um senhor. O idoso estava amarrado em uma maca e, segundo a denúncia, estava vários dias sem ser alimentado.

Inclusive vou pedir para nossa assessoria técnica aqui da Assembleia para passar o vídeo, que tem 50 segundos, para ilustrar um pouco essa denúncia no Hospital Geral de Guaianases.

* * *
- É exibido vídeo.
* * *

Segundo o jornal "Metrópoles", também foi registrado um vazamento de um vaso sanitário com água e fezes, que invadiram o quarto e ficaram debaixo das camas. Os funcionários do hospital improvisaram o estancamento do vazamento utilizando fraldas.

Ainda segundo a denúncia, o problema só foi solucionado quando um electricista, provavelmente também encanador, foi ao local. Também registraram uma seringa caída no chão de um corredor.

Segundo o jornal, o paciente denunciante está internado há 11 dias por um acidente de trabalho. Os pacientes e parentes denunciaram a falta de materiais. Uma mãe, cuja filha está internada no hospital, denunciou que precisa comprar fraldas para a filha utilizar, pois no hospital chegam poucas fraldas, que acabam rapidamente.

Segundo denúncias, também faltam enfermeiros. Alguns parentes ficam no hospital para prestar atendimento aos pacientes. Além disso, dentre os poucos profissionais do hospital, alguns gritam e maltratam as pessoas internadas.

Faltam informações para as famílias sobre as condições de saúde dos pacientes. Alguns aguardam por cirurgias, mas os parentes não têm a mínima ideia de quando elas vão acontecer.

Segundo o jornal, que procurou o secretário de Saúde, Eleuses Paiva emitiu uma nota em que diz ter determinado que o diretor do hospital e o coordenador do serviço de Saúde fossem ao hospital para apurar os fatos denunciados. Também determinou a abertura de uma sindicância para apurar responsabilidades.

Então, presidente Giannazi, é a situação de um hospital do estado. Nós achamos que temos que visitar outros hospitais para ver o que está acontecendo na nossa Saúde pública, como está sendo o atendimento nos hospitais gerais do estado, nos mostra, assim como o Donato trouxe a denúncia aqui do Hospital Universitário da USP, trouxe a denúncia do Hospital das Clínicas e agora essa denúncia do Hospital Geral de Guaianases, mostram que realmente nós estamos em um grande apagão na Saúde pública, por conta de, talvez, um governador que não conhece o estado que está governando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos, com a palavra a deputada Leci Brandão. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Donato. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Eduardo Suplicy, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, primeiro o deputado Carlos Giannazi e agora o deputado Reis, colegas deputadas e deputados, o maior massacre da história dos presídios brasileiros completa hoje 31 anos, dois de outubro.

O massacre que ocorreu na Casa de Detenção de São Paulo que ficava no bairro do Carandiru, zona norte da Capital paulista, onde hoje é o Parque da Juventude, teve 74 policiais militares denunciados e condenados em júri popular pelo assassinato de 111 presos após uma rebelião iniciada por conflitos entre os presos do Pavilhão 9, em 1992.

Sempre me coloquei a favor da transparência contra os excessos. Jamais fui favorável à criminalidade, à violência urbana, ao tráfico de drogas e a outros ilícitos que tanto assombram a população de bem de nossa sociedade, mas sempre compreendi que a criminalidade que tanto tememos e nos ameaça é uma consequência das desigualdades históricas desse País, que tem o seu contomo e estrutura racial de classe econômica e de gênero.

Também sempre entendi que é dever das instituições e do Poder Público em geral, mas, especificamente, das Forças de Segurança Pública, encontrar caminhos para uma abordagem que não desconsidere o valor da vida e se comprometa com a correção e reinserção social dos que erram, e não com a punição e retaliação irracional, que não só corrobora as violências históricas, como acaba por perpetuar o que queremos combater, que é a criminalidade em todas as suas práticas e camadas populacionais.

Por isso, sou e tenho sido, ao longo de minha vida pública, defensor dos direitos humanos e levo o projeto da renda básica de cidadania universal tão a sério, justamente por entender que a liberdade econômica é um dos principais ativos de política pública emancipatória e preventiva da criminalidade.

Sendo assim, devo destacar que, mesmo diante do marco histórico triste e vergonhoso que o massacre do Carandiru representa, após 31 anos desse terrível episódio que chocou a opinião pública do mundo todo, a responsabilidade não foi devidamente assumida pelo Estado brasileiro, e os que protagonizaram tamanha barbaridade seguem livres e atuantes nas instâncias do Poder Público.

Enquanto isso, o encarceramento só aumenta. Se em dois de outubro de 1992 os presídios tinham já o dobro do contingente que a sua capacidade permitia, em 2023 temos o quádruplo e até o quintuplo em alguns presídios. Outras chacinas e massacres vieram e também continuam sem a devida responsabilização dos culpados.

Diante do quadro atual, que segue sendo preocupante, e nesse momento em que se ventila a ideia de privatização dos presídios, o que agravaria ainda mais a situação presente, como queremos ser reconhecidos como uma nação que valoriza e preserva a vida, se ainda não conseguimos, por escolha política equivocada e negacionista, resolver essas nossas desigualdades sociais e históricas?

Sequer empenhamos esforços para ouvir das famílias e dos movimentos antienfermarcamento como tratar dessa ferida social de maneira responsável e efetiva. Sigo lutando ao lado dos que foram vitimizados por essas escolhas e omissões, seja pela perda de entes queridos, seja por terem perdido a própria vida. E, sigo assistindo à repetição de erros do passado que geram mais mortes e tristezas anualmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores, o próximo orador, deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.)

Entrando na Lista Suplementar, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Marina Helou. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, deputado Suplicy, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, a Secretaria da Educação, a Seduc, não contente com todos os ataques que têm feito ao Magistério Estadual, sobretudo, aos professores categoria "O", fez mais um ataque, Sr. Presidente.

Na semana passada, foi publicada uma orientação da Secretaria da Educação, da Seduc, cujo secretário é o Renato Feder, dono da Multilaser, instituindo agora uma perícia médica que será feita por uma empresa privada - olha só o absurdo, Sr. Presidente, por uma empresa privada -, para exigir dos professores categoria "O" que, por ventura, precisem fazer algum tipo de tratamento médico, consulta, em um prazo de até 15 dias.

Às vezes o professor precisa de uma licença de até 15 dias, e esse professor vai ter que fazer perícia médica agora. Isso não existia. Perícia médica era para quem ficava acima de 15 dias de licença médica. Ele inovou agora. Para punir ainda mais os professores de categoria "O", a Seduc inventou agora uma tal de perícia médica nesse prazo inferior a 15 dias, Sr. Presidente, olha só.

Lembrando que os professores categoria "O" não têm acesso ao lamspe. Agora, também estão em uma situação muito difícil com o INSS, porque o governo estadual parece que sumiu com o dinheiro da contribuição à previdência dos professores de categoria "O".

Nós fizemos uma consulta ao INSS através da deputada federal, a professora Luciene Cavalcante, aqui de São Paulo, do PSOL. A Receita Federal disse que o dinheiro dos professores de categoria "O", da contribuição previdenciária, não está sendo enviado para o INSS - olha só o absurdo.

Na verdade, a consulta foi feita ao INSS. Então, o dinheiro não chegou lá. Até por orientação do INSS, nós fomos à Receita Federal. Nós entramos com uma representação denunciando o governo estadual que não está transferindo o dinheiro dos professores, a contribuição previdenciária dos professores categoria "O", para o INSS.

Logo, têm professores que não estão conseguindo nem a licença médica do INSS. Ou seja, os professores categoria "O", que são aproximadamente 100 mil professores contratados em regime precarizado, Sr. Presidente, estão sem o lamspe - eles não têm assistência médica do lamspe -, e, agora também não vão ter do INSS, porque o governo praticamente lavou as mãos.

Agora, fazendo esse novo ataque, exigindo perícia médica em empresa privada para professor categoria "O" que tenha licença médica inferior a 15 dias. Isso é um absurdo, Sr. Presidente.

Mais um ataque aos professores categoria "O", que já estão com os contratos precarizados, são vítimas da duzentena, da quarentena, das interrupções do contrato, não têm direito à aposentadoria pública, são enviados para o regime geral da Previdência, não têm direito ao lamspe, vivem a insegurança do rompimento dos contratos, têm direitos e benefícios reduzidos em relação aos outros professores.

Essa é a situação desses professores categoria "O". E agora mais esse ataque que o governo está colocando em prática, parece que para matar os professores categoria "O". Mas nós estamos reagindo, Sr. Presidente.

Nós já fomos ao Ministério Público do Trabalho, entramos também com um novo requerimento na Comissão de Educação, pedindo a convocação do secretário aqui na Assembleia Legislativa para explicar mais esse ataque ao professor categoria "O". E, repito, nós temos uma quantidade considerável: quase metade da rede estadual é constituída por professores admitidos pela Lei no 1.093, de 2009, professores categoria "O", Sr. Presidente. Esse professor é um dos mais...

Todo o Magistério é atacado, em todos os níveis; mas o professor categoria "O" mais ainda, porque ele vive essa instabilidade do contrato, podendo perder o seu emprego a qualquer momento. E agora ainda mais, com essa decisão.

Ou seja, primeiro o governo sumiu com o dinheiro da aposentadoria, da contribuição previdenciária do professor categoria "O". O professor categoria "O" não tem direito ao lamspe, e agora mais essa, Sr. Presidente, mais um ataque à saúde do professor categoria "O".

Mas nós não vamos permitir que isso aconteça. O Ministério Público tem que atuar imediatamente, porque essa medida

é autoritária, Sr. Presidente, e é abusiva contra o professor categoria "O".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Pedir ao deputado Carlos Giannazi para assumir novamente a Presidência.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis.

Enquanto V. Exa. se aproxima da tribuna, se dirige à tribuna, eu quero dizer que hoje faz 210 dias que o governo não resolve a situação das APDs, das Atividades Pedagógicas Diversificadas, deputados e deputadas. Duzentos e dez dias. O governo já prometeu, inúmeras vezes, encaminhar o PLC à Assembleia Legislativa, mas até agora nada.

Hoje é dia dois de outubro, 14 horas e 28 minutos, e o PLC para flexibilizar e resolver a situação das APDs não chegou ainda aqui na Assembleia Legislativa.

Então, faço um apelo aqui ao governador, ao secretário da Educação, para que o projeto venha imediatamente e que nós possamos votá-lo em caráter de extrema urgência, para que os professores possam fazer as APDs em local de livre escolha.

Com a palavra o deputado Reis.

O SR. REIS - PT - Presidente Carlos Giannazi, eu retorno a esta tribuna para, agora sim, continuar o nosso tema sobre a Lei no 1.354 e sobre o Art. 4º da aludida lei e também o § 2o do Art. 12. Eu faço parte, aqui nesta Casa, presidente Giannazi, deputado Suplicy, da Comissão de Constituição e Justiça, a CCJ.

Logo, todos os projetos dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas, do governador do estado, ou os que sejam também oriundos do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública; para todos esses projetos, a porta de entrada é a CCJ.

Cabe à CCJ fazer o controle preventivo de constitucionalidade. E muitas vezes a CCJ é muito dura com os projetos dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas e acaba dando parecer contrário, parecer pelo arquivamento, parecer que acaba encerrando a vida do projeto, pode-se dizer assim, ali no âmbito da CCJ.

Os projetos do governador que cabem ser reformulados, que a esta Casa cabe fazer o aperfeiçoamento, os seus deputados fazem as suas emendas, muitas vezes para corrigir as distorções, e o governo acaba não aceitando.

O governo diz que não aceita emendas, como já aconteceu, deputado Conte Lopes, com o projeto de lei complementar que tratou do aumento dos policiais civis, militares, técnico-científicos e, também, com o projeto que tratou do aumento do salário mínimo regional.

Várias emendas foram feitas para que se aperfeiçoasse esse projeto, e o governo acabou não aceitando. Isso foi o que aconteceu com a Lei Complementar nº 1.354.

Hoje o Judiciário faz um controle difuso de constitucionalidade. Quando ele dá ganho de causa para o servidor que foi à Justiça, aposentou-se em uma classe, e a administração o retornou para a classe anterior, a Justiça tem entendido que esse dispositivo da lei é inconstitucional, esse é o controle repressivo.

Como a Casa falhou, como os deputados que avaliaram, que analisaram a Lei nº 1.354 falharam, resta aos juizes em o controle repressivo, ou seja, quando o juiz dá ganho de causa, ele está dizendo para o governo: "Olha, em que pese que está na lei, esse dispositivo aqui é inconstitucional".

Só que isso não faz erga omnes, essa decisão vai valer apenas para aquela parte que está indo à Justiça, ela não vai valer para todos os servidores que todas as vezes que se sentirem prejudicados têm que demandar na Justiça.

O projeto, PLC nº 61, era justamente para corrigir esse erro que a Comissão de Constituição e Justiça não avaliou quando o governador, na época o João Agripino Doria, mandou esse projeto para esta Casa.

Quando ele mandou esse projeto para esta Casa, era possível, naquele primeiro momento, a Comissão de Constituição e Justiça fazer o controle preventivo, ou seja, dizer para o governador que a Constituição Federal fala de cargo, não fala de classe nem fala de nível.

Isso está muito bem claro para mim ao fazer a análise do que é o texto constitucional e do que é o texto da lei que o João Agripino mandou, simplesmente legislando para além daquilo que a Constituição Federal prevê, ou seja, o controle preventivo não foi feito.

Os juizes estão fazendo o controle repressivo, mas como esse controle repressivo beneficia apenas a parte, acaba que toda vez que o servidor se sentir prejudicado - o policial civil, o policial penal, ou o policial técnico-científico -, vai ter de contratar um advogado, vai ter que gastar recursos com esse advogado, e isso já é um prejuízo para o servidor.

Então, eu entendo que o governador, uma vez que ele não recepcionou o PLC nº 61 dando vida ao projeto, que ele mande uma mensagem para esta Casa corrigindo essa distorção que está na Lei nº 1.354, para que os nossos servidores não tenham que gastar recursos com despesas judiciais. Que ele corrija. Está na mão dele corrigir.

Entquanto isso, nós vamos apresentar aqui, Sr. Presidente, todas as vezes que pudermos, as sentenças que a Justiça, dentro do controle repressivo de constitucionalidade, tem dado para os demandantes.

Isso também causa prejuízo para o estado. Porque, quanto custa um juiz, que deveria estar julgando outras questões, e vai ter que se debruchar? Porque, uma vez provocada, a Justiça tem que dar resposta. Então é tempo perdido.

São recursos do funcionamento da Justiça que estão sendo perdidos, por conta dessas falhas. A primeira, aqui nesta Casa, porque não fez o controle preventivo. A segunda, quando o governador tinha a oportunidade de sanar, e não sanou.

Que ele mande um projeto para esta Casa corrigindo essa distorção na Lei nº 1.354. Enquanto isso, nós vamos fazer a luta, sim. Vamos ao procurador-geral de Justiça, porque ele pode entrar com uma Adin. E, assim que nós representarmos, ele terá a obrigação de demandar essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra o deputado Conte Lopes, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Sra. Deputadas, Srs. Deputados.

Essa madrugada, em São Bernardo do Campo, bandidos invadem uma residência para assaltar. Espancam uma senhora de 81 anos até a morte. E o marido, de 84, está no hospital, de tanto apanhar, como as duas filhas, uma de 56 anos, e a outra, de 58. Então o bandido realmente é assim.

Bandido, como eu falo sempre aqui, só conhece uma lei: cacete e bala. Ele não conhece outra lei. Quem acha que bandido tem piedade de alguma coisa, não acredite, que não tem. Não tem, bandido não tem. Vejo o ministro da Justiça, Flávio Dino, mandando verba para a Bahia, por causa da insegurança que está na Bahia.

O terror que está a Bahia. Várias mortes, assassinatos. Perderam o controle. Também Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança, manda a Guarda Nacional para o Rio de Janeiro. Que nós vimos, pelo "Show da Vida", o "Fantástico", os bandidos, mais de mil, fazendo treinamento com fuzis, de guerrilha, com treinamento tático.

É bom colocar que, há dias atrás, um tempinho atrás, o Supremo Tribunal Federal, que a única coisa que não faz, é verificar o que é constitucional ou não, ele legisla no lugar dos governadores, no lugar do presidente da República. É o legislador. Se não me falha a memória, o ministro Fachin proibiu a ação, a entrada da Polícia Militar do Rio de Janeiro, nos mortos.

Ele proibiu, e agora virou um terror total. Será que o ministro vai lá, na frente, para ver o que está acontecendo? Será que ele vai, ou vai ficar em Brasília, despachando? Então, na verda-